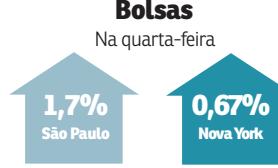


Economia

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 27 de novembro de 2025



| Na quarta-feira | Dólar | Últimos |
|------------------------|------------------------|---------|
| R\$ 5,334 (- 0,78%) | 19/novembro 5,338 | |
| | 21/novembro 5,401 | |
| | 24/novembro 5,395 | |
| | 25/novembro 5,376 | |

Salário mínimo
R\$ 1.518

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira

R\$ 6,185

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
14,89%

| Inflação | IPCA do IBGE (em %) |
|---------------|---------------------|
| julho/2025 | 0,24 |
| julho/2025 | 0,26 |
| Agosto/2025 | -0,11 |
| Setembro/2025 | 0,48 |
| Outubro/2025 | 0,09 |

IMPOSTO DE RENDA

Isenção para quem ganha R\$ 5 mil é lei

Com nova regra, 15 milhões de trabalhadores terão benefício tributário a partir de janeiro do próximo ano

Ricardo Stuckert / PR



Presidente Lula sancionou, ontem, lei que garante a principal promessa de campanha em cerimônia sem presidentes do Legislativo

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo federal oficializou, ontem, a mais ampla mudança no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) desde 2015. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que eleva para R\$ 5 mil a faixa salarial de isenção do tributo e estabelece descontos para trabalhadores com renda mensal de até R\$ 7.350.

A medida, promessa de campanha e tratada pelo Palácio Planalto como uma das principais entregas econômicas de 2025, passa a valer nos contracheques dos trabalhadores a partir de janeiro de 2026 e deve beneficiar cerca de 15 milhões de brasileiros — 10 milhões que deixarão de pagar IR e 5 milhões que terão redução do imposto devido.

Para compensar a renúncia fiscal, algo em torno de R\$ 35 bilhões por ano, pelas estimativas do governo, a nova legislação cria o Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo (IRPFM), que incidirá sobre os rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil. O mecanismo, cuja alíquota pode chegar a 10% para quem ganha acima de R\$ 1,2 milhão por ano, considera a soma de salários, aplicações financeiras e lucros e dividendos.

Pelas estimativas da equipe econômica, cerca de 140 mil brasileiros de alta renda serão atingidos. Ganhos de capital, heranças, doações, aplicações isentas, poupança e aposentadorias por moléstia grave não entram na base da tributação mínima.

A nova regra também passa a exigir retenção de 10% na fonte para pessoas físicas que receberem mais de R\$ 50 mil em dividendos, pagos pela mesma empresa, dentro de um único mês — uma mudança significativa após décadas de isenção total dos dividendos.

De acordo com o Planalto, a calibragem entre isenção e tributação adicional garante equilíbrio fiscal “sem cortes de gastos e sem risco aos serviços públicos”. A lei também cria limites para impedir que a soma de tributos pagos por pessoas e empresas supere percentuais máximos definidos; quando isso ocorrer, o contribuinte terá direito à restituição.

14º salário

A nova tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) passa a valer em 1º de janeiro. A Receita Federal deve detalhar, nos próximos dias, a aplicação dos descontos, os procedimentos da declaração de 2026 e as regras operacionais do imposto mínimo.

Para integrantes do governo, essas mudanças devem garantir um 14º salário aos trabalhadores beneficiados. Relator do projeto no Senado Federal, Renan Calheiros (MDB-AL) classificou a medida como um “grande passo rumo à justiça tributária”. Segundo ele, o ganho médio anual estimado para quem se torna isento é de R\$ 3,5 mil. “É dinheiro que melhora a vida das pessoas e faz girar a economia”, disse, durante a cerimônia.

O senador também revisitou

políticas criadas em suas gestões na Presidência do Senado, como a política de aumento real do salário mínimo e a extensão de direitos trabalhistas a empregados domésticos.

O relator da matéria na Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), também celebrou a aprovação unânime do texto e afirmou que o país vive “um dia histórico”. Ele destacou dois compromissos assumidos durante a tramitação: a neutralidade fiscal e o rigor técnico. “O diálogo construiu esta solução. Estamos devolvendo dinheiro a quem mais precisa e aproximando o Brasil de um sistema tributário mais justo e progressivo”, afirmou.

Somando os ajustes feitos desde 2023 e os previstos até 2026, o governo estima que 25 milhões de pessoas serão beneficiadas — 20 milhões totalmente isentas e outras 5 milhões

com redução do imposto. O Planalto afirmou que a nova política torna o IR “mais simples, mais progressivo e mais alinhado à capacidade contributiva”. Pelas estimativas de especialistas, essa mudança no Imposto de Renda deverá aumentar o consumo dos beneficiados, e, com isso, o impulso no Produto Interno Bruto (PIB) será de 0,2 a 0,3 ponto percentual.

Desafios

Para o advogado tributarista Matheus Cunha, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, a lei representa uma “mudança estrutural” no Imposto de Renda. “O IRPFM considera a soma de todos os ganhos da pessoa física. Como os dividendos eram integralmente isentos até agora, essa é uma mudança relevante, principalmente para quem tem participação societária”, afirmou.

Em relação ao impacto econômico, Cunha considerou que a medida já está provocando reorganização de estratégias financeiras: “Empresas e investidores antecipam a deliberação e distribuição de dividendos referentes a lucros de 2025 para escapar da nova tributação. Isso tende a gerar fluxo atípico de pagamentos e saída de capital para o exterior acima da média histórica”, destacou. Segundo ele, algumas empresas estudam criar holdings para receber dividendos sem incidência de imposto, já que a distribuição entre pessoas jurídicas permanece isenta.

O também tributarista Daniel Clarke, sócio do mesmo escritório, destacou que a ampliação da isenção como correção de uma “desfaçanha histórica”, mas ainda há problemas, como incertezas na regulamentação — que podem gerar insegurança jurídica —, o tratamento desigual dado aos investidores estrangeiros.

Ausência notada

A cerimônia de sanção da lei que garante, a partir de janeiro de 2026, a isenção no imposto de renda a trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês foi realizada ontem, no Palácio do Planalto, sem as presenças dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (MDB-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A ausência de ambos, convidados pelo Planalto para representarem o Congresso Nacional na assinatura da promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu em meio às tensões entre o Executivo e o Legislativo. Enquanto Motta aceita para deputados de oposição a Lula — como na concessão da relatoria do Projeto de Lei Antifacção ao deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), Alcolumbre mantém resistência à indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF), em vez do senador Rodrigo Pacheco (União-MG).

A assessoria do presidente do Senado justificou a ausência de uma “agenda lotada”. Mas o gesto de Alcolumbre foi visto nos bastidores do Congresso como um claro recado ao governo de que a relação se deteriorou. Na Câmara, onde a base governista é minoria, as relações entre Motta e o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (RJ), não é das melhores.

Contudo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu um tom apaziguador, apesar da aprovação de nova pauta-bomba pelo Congresso: a aposentadoria integral de agentes de saúde, que deve custar mais R\$ 20 bilhões ao ano aos cofres públicos. Haddad agradeceu ao empenho de Motta e Alcolumbre na tramitação do projeto do IR. “Sem que eles fossem diligentes com o tema, seria impossível celebrar este ano e implementar o imposto de renda zero a partir de janeiro do ano que vem”, declarou. (FS, FAL e Wal Lima)

CNH

Autoescolas criticam mudanças

» CAETANO YAMAMOTO*

A mudança nas regras para a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), proposta em outubro pelo Ministério do Transporte, vem recebendo críticas dos Centros de Formação de Condutores (CFC) de todo o Brasil. O Ministério dos Transportes abriu uma consulta pública para acabar com a obrigatoriedade de o cidadão frequentar as autoescolas para obter a CNH, reduzindo o valor da habilitação para algo em torno de R\$ 500.

O prazo para a conclusão terminou no início do mês, e o setor, que envolve 15 mil autoescolas no Brasil, aguarda a publicação da resolução

com as novas regras. Na manhã de ontem, as autoescolas de 21 unidades federativas, incluindo o Distrito Federal, realizaram uma manifestação na Esplanada dos Ministérios contra o novo modelo. Não participaram do protesto autoescolas do Amapá, do Pará, da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Sul e de Roraima.

De acordo com o presidente do Sindicato Auto Escolas Brasília DF e empresário, Francisco Joaquim Loiola, o atraso da resolução definitiva tem gerado graves problemas financeiros para as empresas. Ele apontou a falta de diálogo nas negociações com o governo e alertou que a substituição do instrutor CLT por um autônomo, como o previsto

na nova regra, afetará diretamente o setor, que gera 300 mil empregos.

Loiola informou que, devido à demora na definição da resolução, as autoescolas estão há 100 dias sem movimentar o “caixa”, porque a população está esperando os valores baixarem. “Ninguém procura mais autoescola para tirar a carteira, e o nosso negócio está indo ao fracasso”,

disse. Além dos problemas financeiros, outra preocupação do setor é a precarização das autoescolas e a piora na educação no trânsito. “Vai ser uma guerra no trânsito do dia a dia. O que está em jogo não é só o valor da carteira de motorista, é o valor à vida. E ele não está preservando isso.”

No avaliação do sindicalista, caso os futuros motoristas não necessitem contratar uma autoescola, apenas um motorista autônomo para que pudessem fazer os exames práticos, “seria uma tragédia”, porque os autônomos ainda não têm o curso de instrutor e os carros não precisam ter o duplo comando — pedal de freio daquele que está inscrito no candidato.

Necessitem contratar uma autoescola, apenas um motorista autônomo para que pudessem fazer os exames práticos, “seria uma tragédia”, porque os autônomos ainda não têm o curso de instrutor e os carros não precisam ter o duplo comando — pedal de freio daquele que está inscrito no candidato.

As lideranças dos sindicatos das



Manifestação, ontem, teve presença de representantes de 20 estados e do DF

autoescolas tentaram negociar com o ministro dos Transportes, Renan Filho, porém, ele foi “irredutível” e não quis sentar para conversar com a categoria, segundo Loiola. Ele disse que o que está caro são taxas do Departamento de Trânsito (Detran), que custam até R\$ 1 mil, e ultrapassam o novo preço previsto da CNH. Com isso, ele classificou a proposta como “totalmente eleitoreira” e avisou que o setor aceita negociar a maioria das propostas, menos que as aulas sejam dadas pela pessoa autônoma. Procurado, o Ministério do Transporte não respondeu os questionamentos.

* Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel